

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO CURRICULAR E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

NADJA REGINA SOUSA MAGALHÃES¹; VALDELAINE MENDES²

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – nadjamagalhaes78@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas (Orientadora)2 – valdelainemendes@outlook.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as implicações no currículo e nas políticas educacionais em torno da Educação de Tempo em Integral. Desse modo, serão analisados alguns resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em Educação. Na problemática destacaremos como a Educação em Tempo Integral através das políticas educacionais, contribui com a reorganização de um currículo para a ampliação da jornada escolar. Na investigação de caráter qualitativo, utilizamos como instrumento, o recorte de análises das produções acadêmicas de dissertações e teses nos anos de 2006 a 2012, (realizada no mestrado); em 2010 a 2015, ocorreu um estudo em disciplina no doutorado que encontra-se em andamento, em volta das pesquisas da ANPED que foram feitas a respeito da Educação em Tempo Integral. As indagações teóricas partiram das referências expressadas na Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, bem como nas metas do PNE 2011 a 2020 em relação o tema em pauta.

Para discussão teórica dos conceitos de currículo, Educação de Tempo Integral e políticas educacionais, buscamos o amparo em autores como: GIROUX (1986), CAVALIERE (2007), TEIXEIRA (2009), entre outros documentos oficiais que tratam do tema abordado.

Ao partir da análise das pesquisas, percebemos que a ampliação da jornada escolar vem discutido uma Educação de Tempo Integral calcando uma educação de qualidade e equidade na formação de ser humano de direito e construção de sua cidadania.

2. METODOLOGIA

Iniciamos essa pesquisa de base qualitativa, para descrevermos as análises das produções acadêmicas, e conhecer as abordagens de autores acerca da Educação em Tempo Integral. Para isso, adotamos o critério de palavras-chave¹ relacionadas ao tema em foco. As fontes para realização deste levantamento foram um recorte da investigação no mestrado em Educação, em que foram encontradas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (teses e dissertações produzidas no Brasil). A partir das palavras-chave foi feita uma apresentação dos anos de 2006 a 2012, nos quais encontramos produções referentes à identificação e à análise da temática, através de duas (02) teses e oito (08) dissertações. Nos trabalhos pesquisados na ANPED (Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação), para o doutorado em Educação que está curso, localizamos (15) artigos nos grupos de trabalhos: Currículo e Ensino Fundamental nos anos de 2010 a 2015. Os dados analisados servirão como fundamentos para compor o campo de investigação referente a

¹ Educação Integral; prática pedagógica numa perspectiva de Educação Integral; formação de professores na Educação Integral; educação em tempo integral; concepções da prática pedagógica do Programa Mais Educação.

Educação de Tempo Integral e suas implicações no currículo e nas políticas educacionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os trabalhos bibliográficos pesquisados no mestrado, foi possível notar que no ano de 2012, houve um aumento nas discussões sobre a Educação em Tempo Integral, principalmente no que se refere aos estudos em torno das práticas pedagógicas e curriculares e o Programa Mais Educação² como política pública educacional. Esse é um campo que tem crescido em larga escala, e desse ponto de vista, a multiplicidade de concepções criaram diferentes explicações acerca do modo como os profissionais atuam nessa modalidade. No quadro a seguir observou-se esta multiplicidade.

Quadro 1 – Dissertações e Teses - 2006/2012

TÍTULO	TIPO DO TRABALHO		AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
	DOUTORA DO	MESTRA DO			
Educação Integral e prática docente	X		Marta Thiago Scarpatto	2006	PUC-SP
Formação continuada de Professores Alfabetizadores na educação integral	X		Verônica Branco	2009	UFPR
A educação integral e a implantação do projeto escola pública integrada		X	Aurélia Lopes Gomes	2007	UNESC
O escolanovismo e a pedagogia socialista na União Soviética no início do século XX e as concepções de educação integral e integrada		X	Cezar Ricardo de Freitas	2009	UNIOESTE
Os afetos na aprendizagem: por uma educação integral para todos		X	Carla Cristina Silveira de Souza	2008	UFRJ
Programa Mais Educação: uma concepção de educação integral		X	Fernanda Picanço da Silva Zarour Pinheiro	2009	UFRJ
Educação de Tempo Integral no Brasil:		X	Rosinei Cella	2010	UPF

² O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, e financiado pelo Governo Federal, constitui-se como “estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” (BRASIL, 2013).

história, desafios e perspectivas					
Sentidos da escola de tempo integral na vivência de alunos de uma escola estadual: uma investigação sobre o “ficar na escola o dia todo		X	Emília Cristina Ferreira de Barros	2012	UFPB
O Programa Mais Educação: as repercussões da formação docente na prática escolar		X	Jaime Ricardo Ferreira	2012	UNB
O trabalho docente na escola integral		X	José Silvestre Coelho	2011	UFMG

Fonte: CAPES, SciELO, Sítio Google, maio de 2013

Nas sínteses dos trabalhos desses autores e autoras, considerando as informações contidas nos resumos de seus trabalhos, constatamos que o tema Educação em Tempo Integral vem sendo discutido com maior abrangência, como demonstram as dissertações e teses mencionadas na pesquisa investigada. Isso mostra que o assunto não está esgotado, ao contrário, demanda a continuidade de reflexões que contemplem, por exemplo, o papel do professor e em especial da sua prática pedagógica e curricular que perpassam pelas políticas educacionais nesse panorama.

A investigação que está ocorrendo no doutorado, revelaram proposições a cerca da Educação em Tempo Integral interligados as dimensões de tempo e espaço, refletidos dentro e fora do ambiente (não) escolar, ou seja, há uma necessidade de espaço físico coerente com aquilo que é desejável para a qualidade educacional, bem como na execução das atividades propostas no turno regular quanto no contraturno. Mas ficou subentendido nos artigos, que aprendizagem do aluno vem ocorrendo em outras instituições, que estão em parceria com as escolas e que esta depende também, das manifestações socio - econômicas produzidas pelo capital cultural e através de atividades de (não) lazer, escolares e religiosas.

No que diz respeito ao caráter do ensino na Educação de Tempo Integral, o declínio da qualidade educacional ocorre pelas desigualdades existentes nas classes consideradas menos "favorecidas", o que gera o caráter assistencialista de educar. ^{um} A discussão curricular enfocada nas pesquisas, estão sob a coordenação de projetos em parceria com os setores público e privado, caracterizando-se como um dos principais articuladores de um movimento que envolveu empresas e organizações sociais interessadas em educação. As pesquisas obtiveram mais êxito em produções, no ano 2011 como enfoca o quadro seguinte:

Quadro 2 – Artigos ANPED - 2010/2015

ANO ³	QUANTIDADE DE PRODUÇÕES
2010	03

³ Não houve ANPED Nacional em 2014.

2011	05
2012	01
2013	03
2015	03
Total	15

Fonte: Sítio Google, maio de 2016.

4. CONCLUSÕES

As discussões sobre Educação em Tempo Integral são recentes nas pesquisas Brasileiras e as ações mostradas nas pesquisas em relação aos dois Planos Nacionais de Educação, estabelecidos para os períodos 2001-2011 (BRASIL, 2001) e 2014-2024 (BRASIL, 2014) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE 2007); carregam em seu bojo o sentido compensatório e assistencialista bastante presente.

Compreendemos que a ampliação da jornada escolar nas condições sócio - econômicas e educativas locais, com frequência se sobrepõe às intenções das políticas educacionais, pois as ações necessitam de uma maior participação do setor público para revitalização dos espaços escolares, pois há ainda limitações em relação: orçamento, ambientes e pessoal qualificado. Ao sair do espaço não escolar segundo as pesquisas, houve uma ampliação do repertório cultural e social da criança. Para constituição das políticas educacionais de Educação em Tempo Integral é necessário analisarmos as mudanças para as concepções curriculares e o tipo de formação a ser oferecida aos futuros cidadãos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Institui o Programa Mais Educação. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de Abril de 2007. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Ed. extra. Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

_____. **Plano Nacional de Educação 2011-2020: Metas e Estratégias.** Brasília: 2010 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=11. Acesso 07 em abril 2014.

CAVALIERE. Ana Maria. Escola de Tempo Integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto, v. 21, p. 51-63, Brasília: 2009.

GIROUX. Henry. Teoria crítica e resistência em educação: Para além das teorias de reprodução. (tradução Ângela Maria de B. Biaggio). Petrópolis: Vozes. 1986.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Educação é um direito. 4. ed.. Rio de Janeiro: ed. UFRJ. 2009.